



## **Diálogos entre os currículos de educação de jovens e adultos e seus/as alunos/as**

Dialogues between youth and adult education curriculums and its students

Roberta Avoglio Alves Oliveira \*

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Currículo. Conhecimento.

**Linha Temática:** Desenvolvimento Curricular

Este trabalho tem como objetivo travar um diálogo entre as vivências dos/as alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os currículos da modalidade, compreendendo-os como enunciação cultural, construídos a partir da diversidade de significações e demandas de seus sujeitos. Trata-se de um recorte da minha pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que se propõe a dialogar sobre o processo de juvenilização da EJA a partir dos sentidos atribuídos pelos/as docentes.

Compreendendo que os/as alunos/as da EJA são protagonistas em suas comunidades, ainda que nossa sociedade seja extremamente excludente, são capazes de reivindicar pautas, articular-se, ou seja, embora não tenham tido a oportunidade de estudar formalmente ou concluir sua escolaridade, apresentam vivências que lhes garantem leituras do mundo, não sendo a escola a proporcionar esta dimensão de inserção social.

Uma das funções da EJA, a qualificadora, aponta para a potencialidade da aprendizagem para além da sala de aula. Seus/as alunos/as praticam a educação ao longo da vida e, por isso, considerando a incompletude do ser humano, tem o direito de acessar a educação formal, previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) e Parecer CNE/CEB nº 11/2000.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-graduação em educação cultura e comunicação em periferias urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro– FEBF/ UERJ – roberta.avoglio@gmail.com



Entretanto, o acesso à educação, não implica em significar esses sujeitos a partir da falta, focalizando as práticas pedagógicas em processos compensadores. Pelo contrário, compreendo a importância de diálogo entre os conhecimentos que a comunidade escolar elenca como aqueles que fazem sentido e os processos formativos anteriores dos/as alunos/as.

Dadas as especificidades da EJA, propostas curriculares ou práticas pautadas em concepções que se aproximam de currículos da escola para crianças e adolescentes, não contemplam seu público.

Com a Modernidade, surge a escola como instituição, organizada tal qual encontramos hoje, fragmentando determinados saberes e hierarquizando-os. Julgava-se que apenas os conhecimentos científicos seriam capazes de iluminar a sociedade e afastá-las da obscuridade de superstições, dos saberes populares, julgados como menores e desnecessários. Esse discurso prevalece hegemônico até a atualidade mesmo tendo sofrido ressignificações (Pereira, 2010). Nesta perspectiva, os conhecimentos considerados válidos são aqueles propostos por grupos que concentram o poder político e econômico, logo, os saberes que divergem desses quando aparecem entram no currículo de forma pontual ou mesmo de modo exótico, sendo desconsiderados como válidos para a formação dos/as alunos/as.

O acesso à escolaridade para sujeitos da EJA colabora para garantia de sua função reparadora, preocupada em pagar uma dívida social. Mas, suas funções ganham sentido se articuladas. Apenas garantir o acesso com a oferta de vagas não dará conta de assegurar que as funções qualificadora e equalizadora sejam viabilizadas.

Entendendo currículo como sendo processo de constante construção de cultura, onde são negociados sentidos e há disputas no que se refere a como será organizado, é importante dialogar com as vivências dos/as nossos/as alunos/as (Lopes, 2017). Compreender essa forma de organização curricular colabora para a reflexão do papel da escola aos/às alunos/as da EJA.



Defendo para a EJA um currículo que se organiza a partir de sua pluralidade, dialogando com situações do cotidiano dos/as alunos/as, de modo a contemplar o mundo do trabalho, da vida familiar, da relação com o meio ambiente, práticas culturais, ampliando sua forma de participação social, sem determiná-la. Um currículo cujo conhecimento seja “produção de sentido, ao sabor contingente da vida” (Lopes, 2017, p.120).

Não nego que há saberes que a escola ensina e que são necessários, mas a não aprendizagem desses não inviabiliza a vida dos sujeitos. Certamente a falta de algumas habilidades, em geral, proporcionadas pela escola, como o caso da alfabetização tocam duramente na autoestima, na cidadania e nas formas de se relacionar dos sujeitos, entretanto, não os incapacita a dialogar com o mundo.

Assumo que acesso à escola não deve se transformar em mais uma experiência excludente. Compreendo que aprender é um direito que exige esforço de garantir a todos/as que o demandam, mas compreendo também a EJA como possibilidade de impulsionar transformações em suas comunidades.

A EJA se configura na diversidade, sendo formada por uma multiplicidade de sujeitos, que devem ser chamados, na minha compreensão, para colaborar na construção de um currículo que dialogue com suas demandas e afastado de saberes escolares que hierarquizam conhecimentos. Não se trata de negar o conhecimento, mas compreender em que medida fazem sentido ou não.

Dada as características da EJA, assumo que ela pode vir a nos apontar um caminho de aproximação com aprendizagens significativas, cientes da precariedade dos projetos educacionais, pensando o currículo a partir da produção cultural e não como um instrumento fixo de trabalho na escola.

## Referências

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) . Acesso em: ago 2017.



# COLBEDUCA

Colóquio Luso-Brasileiro de Educação



BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: ago 2017.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator).

LACLAU, E.; MOUFFE, C.. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. São Paulo, Intermeios, 2015.

LOPES, A.C.. Política, conhecimento e a defesa de um vazio normativo. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L.P.; LINHARES, B (org). Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar. São Paulo: Intermeios, 2017

PEREIRA, T. V.. As contribuições do paradigma pós- estruturalista para analisar as políticas curriculares. revista espaço do currículo, v.3, n.1, pp.419-430. Paraíba, 2010